

## *A Ambição de Deputar*



Antes de qualquer avanço, é preciso que compreendamos o assunto que estamos a tratar. Falo-vos de deputação, a delegação dos poderes e da representação de muitos num só ou em poucos; e de deputados. Para os mais levianos um deputado é alguém, eleito pelo povo, que no Parlamento, tem poder legislativo, isto é, decide se aprova ou não decretos-lei e/ou leis, representando os interesses e ideais dos seus eleitores. Tendo também o dever de fiscalizar o governo, questionando-o de forma a averiguar o seu trabalho.

Assimilados os conceitos base, partimos para a questão fulcral: O que nos leva a nós, jovens, a ambicionar deputar?

A resposta está longe de ser simples, porém se a simplificarmos, neste exato ano em que a iniciativa “Parlamento dos Jovens” celebra os seus 20 anos, alcançamos algo como a necessidade de ser ouvido, e de se fazer ouvir os seus. A verdade é que o dom da retórica não recai sob todos, no entanto, tal não significa que nem todos tenham algo a dizer, o que leva à crescente adesão a esta iniciativa é exactamente isso. Procuramos deputar porque a juventude portuguesa merece uma voz.

Este ano, o tema proposto aos deputados do Ensino Secundário -“Ensino público e privado: que desafios?”- foi considerado mais do que pertinente, já que é algo que nos afeta a todos na qualidade de alunos. Todos frequentamos um ou outro tipo de ensino, quem poderia melhor apontar as fraquezas de ambos, melhor sugerir soluções, inovações?

Então após receber este desafio, os que o aceitaram organizaram-se em listas, iniciando dessa forma o indiligente processo que caracteriza a ambição de deputar. Cada lista foi então responsável por organizar um conjunto de medidas, e de organizar a sua campanha e divulgação. À semelhança do que acontece na realidade, as listas levam à Sessão Escolar um número de deputados proporcional ao seu número de votos. O fruto do debate que ocorre nessa mesma sessão é um projecto de recomendação. A nossa escola, a Secundária Marques de Castilho, alcançou as seguintes três medidas:

- Uma aplicação mais racional dos recursos públicos na educação.
- Parcerias entre instituições privadas e públicas.
- Agilização e antecipação da colocação de professores no ensino público.

E juntamente com este Projeto de Recomendação foram eleitas duas deputadas Maria Luísa Pires e joana Ferreira para representar os restantes alunos da Marques de Castilho na Sessão Distrital.

Na mesma, o processo ocorre de forma semelhante, são eleitas as escolas cujos deputados mais se destacam, e também um Projeto de Recomendação base que é depois editado por comissões para formar o Projeto de Recomendação final o distrito.

Assim, por fim, alcançámos o âmago desta reportagem, a Sessão Nacional, onde deputados e jornalistas de todos os distritos debatem por fim o tema proposto.

Ora, a Sessão Nacional foi iniciada com a divisão dos deputados por quatro Comissões. O nosso distrito esteve presente na segunda e terceira comissão, mediadas pelos deputados Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista e Duarte Marques, do Partido Social Democrata; Michael Seufert, do Partido Popular e Inês de Medeiros, do Partido Socialista; respectivamente. Na segunda comissão, os deputados do Círculo Eleitoral de Aveiro tiveram oportunidade de expor o seu Processo de Recomendação, enquanto na terceira, os deputados se dedicaram a analisar e melhorar as medidas de outros círculos presentes. Altura em que a nossa deputada, Maria Pires, se destacou intervindo com pertinência e notabilidade.



Durante essa mesma tarde, os jornalistas e os professores tiveram o prazer de receber uma visita guiada pelo Palácio de São Bento - situado em Lisboa, é a sede do Parlamento de Portugal desde 1834, data

até à qual era um mosteiro- e de explorar uma magnífica exposição intitulada “O Nascimento de uma Democracia (1974-1976)”. A mesma, nas palavras do comissário, procura “retratar o nascimento da democracia



portuguesa: o direito e o exercício de vir à rua manifestar-se, o direito e o exercício de organizar-se, a passagem à legalidade dos partidos clandestinos e a génese de novos partidos, o direito de falar e escrever livremente”.

E depois do fecho das comissões, todos desfrutaram de um momento cultural, com a atuação de Jorge Serafim.



No segundo dia da Sessão Nacional, excepcionalmente, a Sessão Plenária foi conduzida na Sala das Sessões na exata mesma sala onde vemos os deputados que elegemos. Essa mesma sessão foi belamente dirigida por Lara Lopes, presidente da Mesa; Mamede Fernandes, vice-presidente; Joaquim Gil e Paulo Carlos, secretários da Mesa. Após a abertura da Sessão por alguns convidados, como o Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Fernando Reis, que saudaram e elogiaram os jovens deputados envolvidos no projecto. Retomada a Sessão, iniciou-se o período de perguntas, previamente seleccionadas nas Comissões. Cada comissão elegeu três perguntas, umas mais mediáticas e polémicas que as outras, e é nesse sentido que questionamos:

Será o Parlamento dos Jovens o meio para alcançar a nossa voz? Está claro que é o caminho para o interesse na participação física e política, e o resto? Este humilde “resto” foi a base de uma das questões colocadas ao deputado do Bloco de Esquerda, José Soeiro, no decorrer da sessão Nacional, que passo agora a citar:

“Como classifica a relevância do projecto “Parlamento dos Jovens”, tomando em linha de conta que nenhuma das propostas resultantes do projeto apresentadas à Assembleia da República nos últimos anos foi sequer discutida em Plenário?”- pergunta da autoria do Círculo de Vila Real, fruto de uma juventude onde o sentimento é, por vezes, o de impotência.

O deputado inquirido respondeu focando-se, após concordar com a injustiça da situação e com a pertinência da questão, numa possível solução – uma petição.

Uma petição é uma exposição escrita para defesa de direitos, da Constituição, da lei ou do interesse geral; que reúne assinaturas de cidadãos portugueses e/ou estrangeiros e os apátridas que residam em Portugal. Para que esta seja discutida em Plenário, tem que reunir o apoio de 4.000 cidadãos.

É, de facto, uma solução. Porém será uma solução uma solução quando não resolve realmente o problema, apresentando uma alternativa? Sim, poderíamos reunir as 4.000 assinaturas, apresentando a tal petição, no entanto porque não resolver o cerne

da questão e alterar o procedimento e, já que o Parlamento dos Jovens é uma iniciativa da Assembleia da República, automatizar este processo?

É de facto, questionável. Tal como é a co-adoção, como elucida o Círculo de Aveiro ao questionar: “Pela terceira vez a co-adoção foi vetada enquanto existem crianças inocentes que crescem em instituições que não conseguem dar resposta às suas necessidades, nem oferecer as mesmas oportunidades que uma família proporcionaria. Assim sendo, se calhar uma destas famílias estaria disposta a dar a mão a estas crianças. Na Constituição diz o seguinte: “Todos têm direito de constituir família e contrair casamento em condições de plena igualdade”. Ora o casamento já é permitido, mas constituírem família fica para a próxima. O problema é que já podem adotar, mas é apenas um dos conjugues, o que significa que se um morrer a criança volta para a instituição. Faz sentido, senhora deputada? É que para haver uma criança abandonada e em condições de receber o carinho do casal homossexual teve que haver primeiro um casal heterossexual a deixa-la nessa situação.

A que a deputada, Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista “Os Verdes”, respondeu, concordando totalmente com os deputados, dizendo “Se somos a favor da adoção, seremos naturalmente também a favor da co-adoção. Um homossexual pode adotar em Portugal, desde que o faça individualmente, mas não o pode fazer como casal, isto é uma hipocrisia do sistema, uma total hipocrisia do sistema.”

Durante a tarde, procedeu-se à votação das medidas para o Projeto de Recomendação final, que apresento agora, em formato de resumo:

1. Criação de estágios e outras actividades vocacionais em todas as áreas de ensino.
2. Maior acompanhamento vocacional dos discentes, maior oferta de cursos técnico-profissionais e inserção nos programas académicos de oficinas que promovam a cultura e as artes.
3. Redução do abandono escolar precoce, através do aumento da oferta de oportunidades mais práticas, alternativas aos cursos de vertente teórica e do incentivo por parte da escola.
4. Diminuição do número de alunos por turma nas escolas públicas, mantendo um sistema equitativo.
5. O financiamento do ensino privado só deve ocorrer quando não houver ensino público á disposição dos utentes, resultando numa diminuição substancial do mesmo.
6. Rever, de forma integrada, a rede escolar (pública e privada), retirando o financiamento ao ensino particular nas situações em que tal já não se prova estritamente necessário, sendo os fundos redireccionados para passar a custear mais o ensino público ao nível dos transportes, alimentação, material escolar, entre outros. Apresentando a clausula de se configurar a hipótese de dar continuidade ao financiamento no caso da escola em questão apresentar renovada orientação para ensino profissional, num quadro de especialização e/ou de ligação com empresas, se tal se provar viável ou um projecto diferenciado e cuja a oferta não se sobreponha á da escola pública.
7. Diminuir as desigualdades das escolas privadas em relação ás públicas, tornando possível uma correcção dos desequilíbrios existentes, nomeadamente aumentando as inspecções surpresa e criando novos métodos de acesso ao ensino superior, como entrevistas e avaliação de competências práticas.

8. Tornar obrigatória a realização das provas finais do Ensino Secundário e do Terceiro Ciclo por alunos do ensino público e privado no mesmos locais, sendo estes vigiados por professores de ambos os ensinos.
9. Criação de uma Assembleia de Estudantes dos Ensinos Público e Privado que faça a ligação entre escolas públicas e privadas, o Conselho Nacional de Educação e a Assembleia da república.
10. Autonomia das escolas em relação ao desenho político, nomeadamente a nível da gestão interna, possibilitando maior flexibilidade no desenvolvimento curricular e organização escolar.

É da minha opinião que esta Recomendação, apesar de muito bem concedida, reflecte um pouco o problema que nos afeta quer a nível escolar, quer a nível parlamentar. Podemos facilmente perceber a redundância de algumas medidas, como a quinta e a sexta, quando todos lutamos defendendo o nosso, é fácil deixarmo-nos esquecer que todos temos um objectivo comum, que é inalcançável quando cada um trabalha para o seu lado. Por outro lado, é também importante pensarmos no que é exequível e em apresentar soluções concretas e não problemas, mostrando sempre uma abertura para outras vozes, todas as rosas têm espinhos, tal como todas as ideias têm pontos fracos.

E por fim, tudo acabou em clima de festa, com a celebração dos vigésimo aniversário do Parlamento dos Jovens e proclamação do Hino Nacional.



Fica ainda uma foto da “*equipa*” que representou a nossa escola, Marques de Castilho, nesta maravilhosa iniciativa.



Carolina Marques Vidal